

4- Adicionalmente solicito que sejam encaminhados, no mesmo prazo estabelecido no item 2 deste documento, os indicadores quantitativos e qualitativos para o Programa de Educação Ambiental em atendimento ao item “e” da condicionante 2.22. (Ofício 454/2011/CGENE/DILIC/IBAMA, de 29 de julho de 2011).

A SAE apresenta a seguir o quadro de indicadores do Programa de Educação Ambiental - PEA, apresentado no último relatório do Programa em sua fase 3 – Bases do PEA.

Em função das especificidades das ações não ficou apropriado a utilização de indicadores qualitativos, principalmente por se tratar do primeiro ano do Programa, quando não se dispunha de dados para tal finalidade.

Reiteramos que a informação completa está apresentada no **ANEXO 2.17.4** do Relatório Final de Implantação dos Programas Ambientais, protocolado junto a este Instituto em 01/07/2011 (Relatório Programa de Educação Ambiental – 3ª Fase – Porto Velho – dezembro de 2010) e reencaminhado por email em 08 de agosto de 2011.

INDICADORES DE AVALIAÇÃO DO PEA 2010

Condicionante 22.2 e: Deve apresentar etapas para a construção de indicadores quantitativos e qualitativos, preferencialmente envolvendo o público alvo

continua

OBJETIVOS	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> Capacitar grupos sociais para intervirem, de modo qualificado, nas questões referentes às questões ambientais locais, sob o enfoque da sustentabilidade. 	<ul style="list-style-type: none"> 15 reuniões de devolutiva do Retrato da realidade local: 400 participantes 	<ul style="list-style-type: none"> Planilha setoriais com caracterização da situação de cada comunidade e identificação de problemas (Segundo relatório de atividades 07-2010)
<ul style="list-style-type: none"> Despertar o olhar crítico e a capacidade de avaliação das medidas e programas relacionados ao meio ambiente em função de fatores políticos, econômicos, sociais, estéticos e educativos. 	<ul style="list-style-type: none"> 06 oficinas de planejamento participativo com total de 176 representações comunitárias indicadas por 17 comunidades 30 oficinas criativas, que reuniram cerca de 450 participantes nas três fases do PEA 	<ul style="list-style-type: none"> Planilhas setoriais por distrito ou região com caracterização da situação local e propostas de solução (Segundo relatório de atividades 07-2010)
<ul style="list-style-type: none"> Criar espaços de discussão da realidade local para o desenvolvimento de mecanismos de articulação social, fortalecendo as práticas comunitárias sustentáveis e garantindo a participação da população. 	<ul style="list-style-type: none"> Constituição da Comissão de Desenvolvimento Participativo com 70 representantes de 17 comunidades, organizado em 4 grupos de trabalho setoriais: cultura, educação, saúde e saneamento, meio ambiente, território e infraestrutura 	<ul style="list-style-type: none"> Ata de constituição da Comissão de Desenvolvimento Participativo (Terceiro relatório 12-2010)

Condicionante 22.2 e: Deve apresentar etapas para a construção de indicadores quantitativos e qualitativos, preferencialmente envolvendo o público alvo

conclusão

OBJETIVOS	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> Integrar a programação de atividades educativas às demandas, sugestões e expectativas dos moradores das comunidades 	<ul style="list-style-type: none"> 18 rodadas de visitas de barco às 17 comunidades ribeirinhas à jusante, alcançando direta e indiretamente cerca de 1800 famílias 	<ul style="list-style-type: none"> Relatórios de Bordo
<ul style="list-style-type: none"> Diferenciar os papéis e responsabilidades dos diferentes atores envolvidos (poder público, organizações sociais, empresas e cidadãos). 	<ul style="list-style-type: none"> Encontro interdistrital 09-2010 e Encontro de Desenvolvimento Participativo 11-2010 (participação de técnicos do poder público e ONGs e 70 representações comunitárias para intercâmbio e discussão sobre políticas e programas públicos) 	<ul style="list-style-type: none"> Listas de presença e registros das discussões
<ul style="list-style-type: none"> Mapear, cadastrar/registrar e articular instituições públicas e privadas, <i>stakeholders</i> e profissionais que atuam com a temática ambiental no município para potencializar o desenvolvimento do PEA. 	<ul style="list-style-type: none"> 36 instituições públicas ou privadas contatadas de Porto Velho e 12 comprometidas com as ações da Comissão de Desenvolvimento Participativo do Médio e Baixo Madeira 	<ul style="list-style-type: none"> Mapa de Stakeholders atualizado em 12 de 2011 Lista de presença das instituições no encontro interdistrital em São Carlo (09-09-2010) e no encontro de desenvolvimento participativo em PVH (27-11-2010)
<ul style="list-style-type: none"> Fortalecer os canais de diálogo social já existentes e desenvolver novos espaços participativos. 	<ul style="list-style-type: none"> Parceria com a CONACOBAM Estímulo a participação dos ribeirinhos no conselho gestor Cuniã-Jacundá Promoção da participação dos ribeirinhos no Colegiado Territórios da Cidadania 	<ul style="list-style-type: none"> Reuniões com a diretoria da CONACOBAM Participação do ICMBIO nos encontros interdistritais para discussão sobre o papel do Conselho Acompanhamento de lideranças comunitárias ao encontro de planejamento do Colegiado e reuniões com Território Madeira Mamoré: listas de presença
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver procedimentos e instrumentos para o acompanhamento e avaliação sistemática do PEA, envolvendo a participação das comunidades, parceiros e <i>stakeholders</i>. 	<ul style="list-style-type: none"> Planilha de resultados do planejamento participativo atualizada em 11-2011 para acompanhamento coletivo das demandas setoriais priorizadas pelas comunidades (discutida e complementada com representações comunitárias e das instituições) 	<ul style="list-style-type: none"> Documento “Síntese dos Resultados do Planejamento Participativo” (anexo)

4. CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS DE CONTINUIDADE

Neste ano de intensas atividades do PEA junto às comunidades, muitos desafios iniciais foram superados, tais como a criação de vínculos de amizade e confiança entre equipe e moradores, a melhor compreensão da proposta do programa e da necessidade de identificação dos problemas de maneira organizada e consistente, bem como do planejamento de caminhos para suas possíveis soluções. A maior conquista, entretanto, foi o desencadeamento de um processo positivo e mobilizador no qual as próprias comunidades percebem cada vez mais seu potencial para atuarem como os principais protagonistas de seu desenvolvimento e a necessidade de se organizarem coletivamente para isso.

Ao mesmo tempo, a interação com instituições públicas e privadas indicou a existência de inúmeras oportunidades para a melhoria na situação das comunidades. Essas, no entanto, têm sido pouco aproveitadas pelo próprio isolamento da região e a baixa presença e comunicação entre a população e esses órgãos, além da falta de assessoria técnica que possibilite ações mais propositivas e a apresentação de projetos práticos.

Apontamos como **resultados qualitativos** do programa:

- Envolvimento e adesão dos moradores e lideranças às atividades propostas;
- Construção gradual e qualitativa de relação de confiança dos ribeirinhos com o programa;
- Início da reversão de expectativas clientelistas dos ribeirinhos com a mobilização proativa das lideranças;
- Desenvolvimento de processo amplamente participativo e estabelecimento das bases para que lideranças as possam protagonizar ações de interesse comunitário.
- Implantação da Comissão de Desenvolvimento Participativo do Médio e Baixo Madeira.
- Receptividade ao programa de vários órgãos públicos e interesse em aproveitar informações e dados levantados em seus programas e projetos para a região.
- Solicitações explícitas dos órgãos públicos de apoio do PEA através de apoio logístico e para mediação junto às comunidades.

Apontamos como **resultados quantitativos** do programa:

- 18 rodadas de visitas de barco às 17 comunidades ribeirinhas à jusante, alcançando direta e indiretamente cerca de 1800 famílias
- 30 oficinas criativas, que reuniram cerca de 450 participantes nas três fases do PEA
- 45 reuniões e/ou encontros locais, distritais ou interdistritais com representantes comunitários
- 36 instituições públicas ou privadas contatadas de Porto Velho e 10 comprometidas com as ações da Comissão de Desenvolvimento Participativo do Médio e Baixo Madeira

E como **resultados concretos** que já foram alcançados no processo de planejamento participativo realizado pelo PEA nos diversos setores e que envolvem a melhoria da qualidade de vida e conservação do meio ambiente nas comunidades e na região, destacamos:

SAÚDE E SANEAMENTO:

- Protocolado junto a FUNASA e SEMUSB, pedido para a implantação de 1864 módulos sanitários e rede de abastecimento de água, com mapeamento detalhado para 34 comunidades à jusante.
- Identificadas as maiores necessidades de Saúde e iniciado diálogo direto dos ribeirinhos com a SEMUSA.

INFRAESTRUTURA:

- Mapeadas as necessidades e canais de diálogo das comunidades nas questões referentes a transportes terrestre, fluvial e energia.
- Identificadas possibilidades imediatas de instalar infocentros comunitários através do Programa Territórios Digitais do Governo Federal nas comunidades que tenham locais e espaços requeridos.
- Elaborado pré-projeto para implantação de sistema de rádio comunicação/amador ou celulares rurais.

EDUCAÇÃO:

- As demandas de educação básica e profissionalizante detalhadas por comunidade.
- Apontadas as possibilidades do PEA, em sua continuidade, fortalecer a Educação Ambiental nas escolas comunitárias e programas complementares de ensino nas comunidades ribeirinhas.
- Iniciado a elaboração de plano de ações e parceria com IFRO, para oferecer aos jovens e mulheres ribeirinhas, cursos de qualificação para o mercado de trabalho adequados a realidade local.
- Identificadas possibilidades de implantação de bibliotecas comunitárias e fontes de financiamento.

CULTURA:

- Mapeados os talentos e as manifestações culturais de cada comunidade.
- Elaborados pré-projetos para: produção de livro sobre festejos das comunidades, produção de material multimídia sobre patrimônio cultural dos comunitários, gravação de coletâneas musicais, estruturação de um Ponto de Cultura em Nazaré

MEIO AMBIENTE E TERRITÓRIO:

- Elaborado projeto para a criação de acordo de pesca entre moradores de Nazaré e pescadores do Lago Mururé, pela Ong Ecoporé.

- Iniciado diálogo com ICMBio e Ibama para treinamento e expansão de brigadas comunitárias de combate aos incêndios
- Desenhadas ações de educação ambiental sobre a legislação ambiental e o relacionamento dos comunitários com as unidades de conservação do entorno.
- Foram georeferenciados pelo PEA os perímetros de cada comunidade à jusante para subsídio ao processo de regularização fundiária e foi estabelecido contato direto das comunidades com o Programa TERRA LEGAL para encaminhamento formal do processo.

ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA:

- Construído com lideranças comunitárias Projeto de Fortalecimento do CONACOBAM
- Elaborado diagnóstico sobre as sedes e terrenos e pré-projeto referencial para a reforma e/ou construção de 17 sedes das Associações Comunitárias.
- Iniciado convênio com Senar para regularizar e legalizar a documentação das associações e realizar cursos e assessorias para lideranças.